



FEMINISMO E GOVERNANÇA: ESTRATÉGIAS DE PODER CONTRA AS MULHERES A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT

Priscila e Silva Biandaro¹

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar a apropriação que a direita conservadora e machista faz das concepções de poder em Foucault, de governamentalidade e dispositivo de controle. Esta apropriação é estudada dentro do escopo político brasileiro. O desenvolvimento, dividido em duas seções, procura responder a seguinte pergunta: como se explica os ataques que o corpo feminino sofre no meio político? Para responder este questionamento, na primeira seção, busca-se compreender uma ampliação possível dos problemas da dominação feminina no mundo, nessa parte, analisar a teoria feminista é nosso ponto de partida, abordando a teoria interseccional onde será possível compreender as diferentes identidades dessas mulheres e sua conexão. Na segunda seção, estes problemas são submetidos a uma perspectiva governamental apresentada por Foucault. Os resultados apontam que o discurso machista aproxima as concepções de poder em Foucault com o tema da governamentalidade e as técnicas de poder, direcionando tais mecanismos de controle ao corpo feminino com o objetivo de torná-lo útil e dócil para a sociedade.

Palavras-chave: Feminismo; Interseccionalidade; Poder; Foucault; Governança.

FEMINISM AND GOVERNANCE: STRATEGIES OF POWER AGAINST WOMEN FROM MICHEL FOUCAULT

Abstract: The objective of this article is to analyze the appropriation that the conservative and sexist right makes of Foucault's conceptions of power, of governmentality and control device. This appropriation is studied within the Brazilian political scope. The development, divided into two sections, seeks to answer the following question: how do you explain the attacks that the female body suffers in the political environment? To answer this question, in the first section, we seek to understand a possible expansion of the problems of female

¹ Mestranda em Direito e Sociedade pela Universidade La Salle (UNILASALLE – Canoas/RS). Especialista em Direito e Processo do Trabalho. Graduada em Direito pela Faculdade da Serra Gaúcha (FSG). Bolsista CAPES/PROSUC. E-mail: priscilabiandaro@gmail.com.





domination in the world, in this part, analyzing feminist theory is our starting point, approaching the intersectional theory where it will be possible to understand the different identities of these women and your connection. In the second section, these problems are submitted to a governmental perspective presented by Foucault. The results show that the sexist discourse brings Foucault's conceptions of power closer to the theme of governmentality and power techniques, directing such control mechanisms to the female body in order to make it useful and docile for society.

Keywords: Feminism; Intersectionality; Power; Foucault; Governance.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende apresentar de forma sistematizada o processo de construção de políticas públicas de violência contra a mulher para o período 2018-2022. Como será efetivamente entendido, o corte temporário não é arbitrário, é ligada aos anos de governo da direita conservadora no Brasil, período em que houve episódios públicos de ataques aos direitos sociais, surgindo o questionamento de como explicar os ataques que o corpo feminino sofre no meio político?

Entendemos o processo de sistematização, segundo Jara (1994, p. 4), como a ordenação e reconstrução de um processo, que descobre e mostra os vários fatores: quem interveio, como eles se relacionaram e por que o fizeram. A sistematização produz conhecimento e aprendizado significativo, permite apropriar-se dos diferentes sentidos do processo, compreendê-los teoricamente e talvez elaborar propostas para o futuro.

Por meio da metodologia hipotético-dedutiva desenvolvida através de pesquisas bibliográfica e documental, em um primeiro momento, daremos um breve panorama da Teoria Feminista, seguindo para a Teoria Interseccional, a qual vai beneficiar a compreensão de quem são essas vítimas femininas, tendo em mente sua raça, idade e localidade, e como machismo opera para permitir esses ataques.

Ressalta-se que Teoria Interseccional orienta a compreensão de todas as diferentes identidades dessas mulheres e como elas estão interligadas. Permitindo também a compreensão de quem é essa identidade masculina, uma vez que é fundamental para a normalização do feminicídio na sociedade brasileira. Por fim, será utilizado a governamentalidade de Foucault como ferramenta analítica para expor estruturas e ataques a



representação feminina na política, que são tidas como certas pela corrente machista conservadora de direita atua no Brasil.

2. TEORIA FEMINISTA

Segundo Charlotte Krolokke e Anne Scott Sorensen (2005), a história do feminismo é comumente dividida em três fases distintas, ou, como são mais conhecidas, as três ondas do feminismo. Cada onda feminista foi um momento histórico significativo de ativismo e importância acadêmica, onde agendas particulares e questões femininas surgiram e dominaram o debate. Essa divisão é principalmente para fins didáticos, pois mesmo onde há concordância sobre uma ou outra agenda, existem diferentes teorias e movimentos que correm em paralelo, cada um com suas especificidades e valor.

A primeira onda do feminismo ocorreu na Europa no final do século XIX e início do século XX e está principalmente ligada ao movimento feminista liberal, embora alguns estudiosos também liguem essa fase ao início do feminismo socialista. As principais preocupações e demandas dessa fase foram quanto ao acesso à igualdade de oportunidades para as mulheres, incluindo a participação política por meio do sufrágio universal. Segundo Sondra Farganis (1994), essa primeira fase preocupou-se em alcançar a igualdade de gênero com legislação antidiscriminatória. Duas vertentes distintas ganharam mais visibilidade nesse período. O movimento feminista liberal, que, segundo Izadora Monte (2013), tinha como foco a reversão das desigualdades e hierarquias de gênero. Acreditam que a opressão das mulheres se deve às barreiras legais do Estado, que impediria a plena realização dos direitos individuais.

Quanto às feministas socialistas, elas veem a origem da opressão feminina incorporada nas diferenças de condições econômicas e materiais entre homens e mulheres. Para elas, o fundamento do patriarcado estava no fato de que a população feminina era limitada em ser capaz de agregar economicamente à sociedade. Embora essas duas teorias diferissem em suas crenças, ambas lutavam pela igualdade de gênero, bem como por maior liberdade para as mulheres.

A segunda onda feminista veio após a Segunda Guerra Mundial, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 nos Estados Unidos da América (EUA), e o ponto de partida foi o livro de Betty Friedan, *A Mística Feminina*, segundo Ana Rita Duarte (2006). Neste livro,



Friedan analisa a construção da imagem da mulher americana, que naquele momento deveria ser dona de casa, mãe e esposa, desempenhando todos esses papéis com perfeição. Este período trouxe como lema 'pessoal é político', termo cunhado pela feminista Carol Hanisch (1970).² Para Shulamith Firestone o “movimento feminista foi o primeiro a combinar efetivamente o 'pessoal' com o 'político” (FIRESTONE, 1972, p. 38), pessoal/privado (feminino) com o público (masculino). Naquela época, nos EUA, muitas mulheres começaram a se encontrar tanto em bairros quanto em sindicatos. Esses encontros eram uma forma de debater temas como política, bem como de mobilização para a luta pelos direitos das mulheres. Em suma, essa fase ficou conhecida por um feminismo mais radical com o movimento de libertação das mulheres, com seus ensaios centrados nos sentimentos, experiências e emoções das mulheres, segundo Farganis (1994) e Hanisch (1970).

A terceira onda feminista nasceu com os privilégios conquistados pelas duas primeiras fases. Surgiu por volta de 1990 e busca maior participação política e liberdade pessoal. Farganis (1994) argumenta que o feminismo uniu forças com o pós-modernismo e pós-colonialismo³ durante esta fase, enfatizando as maneiras pelas quais as mulheres são diversas. Essas teorias somaram-se ao feminismo trazendo à tona a questão das mulheres de cor e mulheres pós-coloniais, bem como a identidade e individualidade das mulheres, reconhecendo as diferenças entre si ao invés de tentar universalizar uma experiência branca de classe média.

Nosso ponto de partida é, portanto, a insistência de alguns autores em interpretar o ativismo feminista dos últimos cinco anos, como “nova onda”, “quarta onda” ou “a maré verde”, ao se referir às enormes mobilizações alcançadas nos países do Sul do continente americano; aos igualmente massivos, no caso do Chile, com a universitárias protestam contra

² Carol iniciou a ideia para protestar contra o concurso de Miss American em 1968 e foi uma das quatro mulheres que interromperam o processo pendurando uma faixa de libertação feminina na sacada. O protesto foi bastante bem-sucedido e chamou a atenção nacional para o novo Movimento de Libertação das Mulheres. Depois, ela escreveu “What Can Be Learned: A Critique of the Miss America Protest”, que criticou algumas das linguagens e táticas dos manifestantes como “anti-mulher” e discutiu os perigos do popular “faça suas próprias coisas” quando aplicado à ação coletiva. A crítica foi publicada e circulou internacionalmente. Disponível em: <http://www.carolhanisch.org/>. Acesso em: 01 jul. 2022.

³ O pós-modernismo representa a valorização do efêmero, ou seja, a constante redefinição de paradigmas e conceitos que representam e sustentam as principais características das Relações Internacionais, como explica Thales Castro (2012), tudo pode e deve ser revisto e desconstruído. Já o pós-colonialismo reflete a perspectiva não-hegemônica e não-ocidental das nações e culturas coloniais/pós-coloniais excluídas ao longo do tempo pelas grandes potências das Relações Internacionais. Os estudos pós-coloniais abraçam a perspectiva crítica das partes não amplamente representadas pelos holofotes da Academia do eixo americano-europeu das Relações Internacionais. (CASTRO, 2012).



a tolerância institucional de abuso e assédio (MÖLLER, 2018) ou da Argentina ⁴, a respeito dos debates de a legalização do aborto e que dão continuidade desde 2015 com a campanha *Ni una menos!* ou o nacional e nos continentes americano e europeu (GAGO, 2016), no marco da comemoração de 8 de março. Destacam-se nestas manifestações, a crescente presença de jovens, em sua maioria mulheres, estudantes de ensino médio e universidades, sua audácia desafiadora e capacidade de convocação, entre outras características.

Jovens feministas se reúnem desde 2015 com sindicalistas e professores estudantes universitários do poderoso movimento ¡Ni una Menos! Entre os anos de 2015 – 2019 Mulheres argentinas se manifestaram em massa contra feminicídios, tráfico de pessoas, mulheres e violência contra meninas, mulheres e transgêneros, contra o Judiciário patriarcal que encobre estupradores, redes de traficantes e feminicídios, e a favor do direito ao aborto. A enorme concentração de mulheres e homens contra o feminicídio em Buenos Aires deu uma sacudida nos movimentos esvaziados feministas da Espanha, Itália e França que, por sua vez, fizeram com que em 8 de março, 2018 feministas saíram para se manifestar em todos os países da América, Europa África Ocidental, Norte da África, Índia, Tailândia e Austrália. A mesma greve trabalhista, educação, consumo e cuidado de 8 de março, tem origem nas concentrações para a demanda pelo fim da violência do feminicídio, mas produz movimentos no sentido do deslocamento dos desejos das mulheres para liberdade de movimento, fala e expressão. (GARGALLO, 2019, p. 28).

Gargallo situa esse processo nos últimos cinco anos (2014-2019) e sua notoriedade e começou desta vez na América Latina — não nos EUA ou na Europa, como os anteriores —, destacando o contexto local e as peculiaridades das demandas feministas e femininas organizados para a defesa de seus direitos. E, apesar de inicialmente discutir a origem da metáfora oceânica, as ondas ou marés, cuja origem ele atribui aos meios de comunicação, finalmente aceita e assume esse critério no desenvolvimento de sua escrita: “A metáforas oceânicas não estão erradas quando se trata de feminismo” (GARGALLO, 2019, p. 4).

É também um fenômeno global, de massa, no qual as mulheres em os cinco continentes, sauditas, turcos, palestinos, africanos, asiáticos, levantem suas vozes, preenchem pelas ruas e cruzar territórios com correntes humanas, exigindo direitos iguais e contra a discriminação religiosa, como na Índia, também é um fenômeno intergeracional, pois embora os primeiros lugares da mobilização nas ruas e praças eles são ocupados por jovens e adolescentes desafiadoras e raivosas, e são os porta-estandartes de ciberfeminismo, a experiência, reflexões e produção intelectual das veteranas, complementa e conecta o trabalho do feminismo hoje. Um processo de rearticulação do sujeito político do feminista tão

⁴ Silvia Gabriela Lospennato deputada argentina defensora e uma das legisladoras que levantou pela bandeira da campanha pelo aborto seguro na Argentina.



duramente questionado em décadas passadas e ainda ameaçadas nos tempos atuais. (GARGALLO, 2019, p. 21-22).

A interseccionalidade mudou o foco do feminismo para os estudos de gênero e da opressão à diversidade, bem como a construção social do gênero como conceito crucial nesta área de atuação. As mulheres negras tiveram que lidar com a invisibilidade de suas experiências no movimento feminista *mainstream* (branco), bem como com o silenciamento ao longo dos anos, enquanto as mulheres brancas trouxeram suas questões à tona.

Tanto o movimento quanto a teoria feminista são entendidos como um conjunto de movimentos políticos e sociais, ideologias e filosofias que têm como objetivo comum: direitos equitativos e uma experiência humana com o empoderamento feminino e a liberação de padrões patriarcais baseados em normas de gênero. Farganis define o feminismo como:

[...] uma ideologia ou sistema de crenças, um conjunto integrado de suposições teóricas que, em conjunto, estruturam uma visão de mundo que seus adeptos consideram verdadeira. Baseia-se em uma premissa moral que pressupõe a injustiça de tratar homens e mulheres de forma desigual. As mulheres são vistas como oprimidas pelos homens por meio de arranjos estruturais históricos de longa data que iniciam, apoiam e legitimam essa opressão (patriarcado). O objetivo do feminismo é ser uma serva de um movimento político que desfará essa dominação de gênero. (FARGANIS, 1994, p. 102).

O termo patriarcado vem originalmente dos sistemas de parentesco das sociedades mais antigas, segundo Adriana Piscitelli (2002). No entanto, hoje esse conceito é sinônimo de um sistema que defende a dominação dos homens sobre as mulheres. Piscitelli (2002) menciona que a cultura foi construída sobre essa supremacia masculina e controle sobre as mulheres. O conceito de patriarcado foi particularmente empregado no desenvolvimento do feminismo radical que, ao contrário de seu predecessor liberal, procurou identificar e mudar o sistema em vez de introduzir medidas de igualdade dentro de um sistema inerentemente desigual. Os feminismos buscam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, seja no campo político, econômico, cultural ou social.

Segundo Maria Amélia de Almeida Teles (2006), a teoria feminista havia feito contribuições únicas para muitas áreas do conhecimento, embora as Relações Internacionais (RI) tenham sido abertas apenas mais recentemente para as feministas. As abordagens analíticas feministas entraram na RI na década de 1970 e foram alocadas no terceiro debate como uma das vozes críticas do pós-positivismo⁵.

⁵ O pós-positivista tem se mostrado um desafio para as Relações Internacionais porque busca incluir em suas



Embora a Teoria Feminista tenha surgido bem antes disso, foi somente nessa época que os estudiosos conservadores reconheceram sua importância. Embora o feminismo não seja pós-positivista, muitas acadêmicas feministas acabam se identificando como tal porque chama a atenção para o contexto histórico e social e para a construção dessa experiência particular, em vez de simplesmente descobri-la e aceitá-la. Como Monte apresenta, o feminismo também traz uma nova faceta para as RI:

As abordagens feministas têm em comum o fato de incluírem em seu projeto científico uma dimensão política - não apenas de superação da opressão feminina, mas também de construção de uma ordem internacional mais justa na qual hierarquias de gênero, classe ou raça não estejam presentes. (MONTE, 2013, p. 68).

Ao longo dos anos, o objetivo do feminismo em RI mudou consideravelmente. No início da década de 1970, o objetivo das feministas mais liberais era tornar as mulheres visíveis no processo de desenvolvimento mundial. Já em 1980, a ênfase mudou para a compreensão das relações de gênero e como isso impactava a vida das mulheres. Mais recentemente, na década de 1990, dada a influência do pós-colonialismo e do pós-modernismo, destaca-se o conhecimento local e particularizado com o qual a hegemonia ocidental é desafiada. A partir desse período, temos a ascensão do feminismo nos países pós-coloniais, onde as mulheres locais passaram a fazer parte da luta por seus direitos. Um exemplo disso é a feminista e escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, que publicou o discurso *Devemos Todas Ser Feministas* em 2014, onde afirma que são as pessoas que fazem a cultura e não o contrário, o que demonstra as reivindicações por uma revisão do machismo e do androcentrismo tradições e normas sociais, como a cultura de machismo. A partir de 1990, o feminismo deixou de se concentrar especificamente sobre as mulheres e alcançar a igualdade de gênero para focar na individualidade e na diversidade enquanto luta contra o patriarcado, uma vez que impede o desenvolvimento das mulheres.

2.1. Teoria Interseccional

Kimberle Crenshaw, estudiosa feminista especializada em feminismo negro, criou o termo interseccionalidade em 1989, em um artigo sobre mulheres afro-americanas nos EUA. A ideia por trás da interseccionalidade era algo que as feministas negras já discutiam desde a década de 1960, quando as mulheres ‘de cor’ achavam difícil se relacionar com questões

análises uma dimensão social e também porque as teorias positivistas compõem o centro das RI. O pós-positivismo propõe uma maior preocupação com a dimensão sociológica, considerando a existência de identidades formadas entre atores domésticos e externos. (CASTRO, 2012).





trazidas pelo feminismo *mainstream* (branco). Ao mesmo tempo, sofrem machismo nos direitos civis nos EUA. Essa experiência interseccional que as mulheres passaram exigiu uma prática feminista que se centralizasse em suas experiências de vida, uma vez que enfrentaram o racismo no movimento feminista e o sexismo no movimento pelos direitos civis.

A interseccionalidade reflete uma teoria transdisciplinar que visa apreender todas as complexidades das identidades sociais, bem como as desigualdades, por meio de uma abordagem integrada. Dessa forma, obtendo uma compreensão mais completa das construções sociais de cada indivíduo. Em outras palavras, a interseccionalidade é o estudo das interseções das identidades sociais e dos diferentes sistemas de opressão. Essa teoria busca entender como as diferentes identidades interagem, como gênero, classe, orientação sexual, religião, idade e outras. Essa teoria nos ajudará a compreender melhor o tema do feminicídio e da violência doméstica no Brasil, uma vez que é amplamente utilizado para compreender a injustiça e a desigualdade social e como superá-las.

Patricia Hill Collins e Valerie Chepp sugerem que essas identidades sociais não podem ser analisadas isoladamente umas das outras, em vez disso, essas interseções sinalizam relações de poder que produzem desigualdades e experiências sociais distintas. Isso permite uma compreensão ainda mais robusta das construções de poder no Brasil, onde algumas pessoas têm uma experiência mais privilegiada do que outras. Sendo assim, indivíduos e grupos podem experimentar simultaneamente privilégios e desvantagens. (COLLINS; CHEPP, 2013, p. 60).

Consequentemente, embora todas as mulheres corram o risco de sofrer violência doméstica e/ou sexual, alguns cruzamentos colocam em risco as mulheres mais do que outros, como raça e orientação sexual. De acordo com abordagens interseccionais, as mulheres não podem ser entendidas como um grupo unificado. Diferentes mulheres são submetidas a diferentes tipos de discriminação, dependendo de suas várias identidades, como raça, idade, etnia, orientação sexual e classe socioeconômica. Bürkner explica que a interseccionalidade se refere a “várias dimensões horizontais e verticais da desigualdade social”. (BÜRKNER, 2011, p. 181). A intersecção dessas identidades e discriminações precisa ser entendida como elas afetam a forma como a violência, e, portanto, o feminicídio, acontece dentro de diferentes grupos identitários.



Como supramencionado, alguns dos eixos centrais de discriminação relacionados ao feminicídio no Brasil incluem gênero, raça, localidade, idade, entre outros. O racismo faz com que os indivíduos sejam tratados de forma diferente, ou desigual, com base em sua raça/cor. Isso é relevante não apenas quando se analisam as relações entre as pessoas, mas também entre os indivíduos e o Estado, pois as instituições também podem reproduzir tal discriminação.

Uma das principais formas de discriminação que precisamos entender é o sexismo, ou discriminação baseada no sexo e/ou gênero. Embora possa afetar qualquer pessoa, mulheres e meninas são as mais afetadas por ela. Este tipo de discriminação está ligado a estereótipos e papéis de gênero, bem como a forma como a feminilidade e a masculinidade são compreendidos⁶. O machismo está ligado à construção social e às normas de como cada indivíduo deve se comportar, com base em seu gênero atribuído. A violência ligada a essa discriminação é chamada de violência de gênero ou, quando dirigida a mulheres e meninas, violência contra a mulher (PRADO; SANEMATSU, 2017).

As identidades LGBTQIA+⁷ são uma das interseções que mais sofrem preconceito na cultura de machismo. Essas identidades sofrem muita discriminação no Brasil, o que resulta em um lugar muito inseguro para elas. A discriminação contra pessoas LGBTQIA+ é chamado de homofobia. A transfobia também pode se enquadrar em uma categoria semelhante e abrange o preconceito contra pessoas que se identificam como transgênero. Transgênero refere-se a indivíduos cuja identidade de gênero difere daquela atribuída no nascimento. Transgêneros que transitam de um gênero para outro são identificados como transexuais.

Outra forma de preconceito abordada pelos estudos interseccionais é o chamado classicismo, ou discriminação de classe, que é o preconceito ou discriminação com base na classe social de uma pessoa. É um conjunto de comportamentos e atitudes que geralmente beneficiam a classe alta e geram desvantagem para a classe baixa. A classe social refere-se ao agrupamento de indivíduos com base em sua riqueza, renda e educação.

Explicando a complexidade da sociedade em que vivemos, a Teoria Interseccional propõe que todos os diferentes eixos de discriminação interajam entre si, resultando em uma

⁶ Feminilidade e masculinidade são um conjunto de comportamentos e atitudes ligadas às normas de gênero associadas ao ser mulher e ser homem, respectivamente. É uma construção social distinta do sexo biológico.

⁷ LGBTQIA+ :Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Assexuais e inclusão de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero).



forma mais profunda de discriminação que é particular ao indivíduo e a outros que possuem identidades semelhantes com dinâmicas de poder semelhantes. Ou seja, alguns grupos minoritários estão sujeitos a diferentes tipos de preconceito e discriminação e não podemos separá-los uns dos outros. Além disso, podemos dizer que racismo, sexismo, homofobia, classicismo, transfobia e outros motivos de discriminação baseados na identidade interagem e criam um sistema de opressão que reflete a complexidade da sociedade em que vivemos.

Ao captar as consequências das interações entre sistemas de opressão, busca-se compreender quais são os resultados para aquele indivíduo. As pessoas não podem separar todas essas identidades dependendo da situação social em que se encontram, todas estão interligadas e presentes em todos os momentos. Um exemplo dado por Crenshaw (1989) é que uma mulher afro-americana não pode separar suas duas identidades, sendo uma pessoa de cor e sendo uma mulher, a discriminação que ela sofre não diferencia cada identidade. Nesse caso, ela não sofre o mesmo tipo de racismo que um homem de cor sofre, e não sofre o mesmo machismo que uma mulher branca, daí a importância de entender a intersecção de ambas as identidades.

A interseccionalidade procura compreender o lugar que as mulheres, enquanto grupo, ocupam na sociedade, mas também como cada identidade/individualidade contribui para isso. As mulheres, como grupo, sofrem o machismo presente na sociedade brasileira; no entanto, uma lésbica, uma mulher de cor, uma mulher mais velha ou uma de classe baixa, que se encontra à margem do grupo, sofre uma discriminação diferente da mulher branca de classe média. Indivíduos que se encontram no cruzamento dessas identidades correm mais risco de injustiça, como mulheres de cor ou mulheres transgênero.

Um grande exemplo são as taxas de feminicídio no Brasil entre mulheres negras *versus* brancas. No Brasil, as mulheres de cor são quase 62% mais propensas a sofrer violência doméstica do que as mulheres brancas (WAISELFISZ, 2015). Isso mostra que tanto o fator sexo quanto o fator raça influenciam de fato as vivências dessas mulheres. A interseccionalidade nos ajuda a entender as desigualdades existentes no Brasil e o grau de vulnerabilidade de cada indivíduo; para que melhores políticas e campanhas possam ser criadas para atender às suas necessidades específicas.

Para Hill Collins e Chepp, a interseccionalidade ajudou a reformular o gênero para além de uma definição estreita de mulher e a construir conhecimento sobre nossa construção e



compreensão de masculinidade e feminilidade. “Aqui, os estudiosos apontaram para as maneiras como os parâmetros (ou seja, limites) em torno da masculinidade são definidos em relação e extraem poder de construções em torno da feminilidade” (COLLINS; CHEEP, 2013, p. 65). Ao fazê-lo, ajudou a compreender a masculinidade e a dominação masculina como uma experiência social, bem como uma construção social, que também resulta em realidades materiais desiguais. A cultura de machismo no Brasil baseia-se nessas noções de masculinidade e feminilidade, logo, as normas sociais e papéis de gênero presentes na sociedade de hoje, fomentam a agressividade em relação às mulheres nos homens e a passividade nas mulheres.

A interseccionalidade também pode ser vista como instrumento de luta política, pois busca revelar, além de combater, múltiplas formas de opressão. Entender que esses preconceitos estão entrelaçados é essencial para compreender a sociedade brasileira e, conseqüentemente, sugerir melhorias para a legislação sobre violência contra a mulher. A era pós-positivista das Relações Internacionais nos ajuda a trazer à tona essas lutas e a compreender melhor as experiências individuais dentro de grupos minoritários. Por fim, outras teorias, como por exemplo, o pós-colonialismo, nos ajudam a compreender o próprio grupo, mas a interseccionalidade busca compreender o indivíduo desse grupo.

2.2. Violência Contra a Mulher no Brasil

A violência contra a mulher é entendida como um fator social, pois não se trata de simples violência, mas de um conjunto de ações que servem de punição para as mulheres que se recusam a se enquadrar e alguns estereótipos pré-determinados do machismo. O feminicídio, por exemplo, não é um ato aleatório que acontece se marcadores e ação prévia. É o fim de um *continuum* previsível de violência contra uma mulher. Para deixar de chegar a esse fim, não podemos focar apenas no feminicídio em si, temos que entender todo o *continuum* incluindo o papel das normas sociais ao longo do ciclo.

No contexto estudado, nota-se que o Brasil tem um histórico de desrespeito aos direitos das mulheres, ao não defender verdadeiramente esses direitos e institucionalizar e naturalizar o machismo, racismo, transfobia, ou, em outras palavras, discriminação contra várias identidades diferentes que não se conforma aos papéis e normas de gênero trazidos pelo modelo machista. Esse cenário começou a mudar em 2006, quando o Brasil implementou a Lei Maria da Penha, como resultado da Comissão Interamericana de Direitos Humanos –



CIDH, instando ao Brasil criação de um mecanismo melhor para defender os direitos à vida e à não violência de suas cidadãs. O Direito Internacional tem sido muito benéfico para as mulheres brasileiras nesse sentido, pois foi graças à pressão internacional e popular que a situação da legislação interna brasileira começou a mudar.

Mesmo ao implementar essa legislação especial para proteger e superar a violência contra a mulher, o Estado ainda defende principalmente uma identidade, que é a mulher branca de classe média. Outras identidades têm dificuldade em denunciar crimes e solicitar proteção do Estado.

Prado e Sanematsu (2017) explicam que além da discriminação baseada em papéis de gênero, devem entender as interseções entre gênero, classe social, geração, deficiência, raça, cor e etnia, pois embora o feminicídio pareça afetar todas as mulheres igualmente, isso não é exatamente o caso. Por exemplo, a mulheres transgêneros e transexuais têm sofrido muito com a discriminação, pois o Estado brasileiro parece não fazer nada sobre todas as mortes que essa população sofre, fazendo com que alguns estudiosos se refiram a um genocídio dessa população no Brasil. O Estado colabora com isso excluindo esse grupo de leis importantes, como a Lei do Feminicídio. Ao escolher viver suas identidades fora dos papéis de gênero de machismo, transgêneros e transexuais sofrem duas consequências: a) sociedade patriarcal brasileira os marginaliza e persegue; e b) o Estado não protege esse grupo.

As mulheres negras são outra identidade que tem seus direitos mais violados, dada a disparidade entre as taxas de feminicídio entre mulheres brancas e negras. Em termos de feminicídio, as mulheres negras carregam o peso das desigualdades sociais no Brasil. Isso aponta para o racismo também sendo naturalizado em instituições brasileiras. O cruzamento entre gênero e raça tornou essa identidade mais vulnerável à violência contra a mulher e, portanto, ao feminicídio.

A Teoria Interseccional nos mostra que é muito importante entender todas as diferentes variantes e identidades/interseções para melhor lidar com o ciclo da violência. Ao compreender esses diferentes eixos, ajuda a enfrentar melhor a violência contra a mulher e o feminicídio. Isso permite que os legisladores vejam aqueles cujas identidades estão em maior risco.⁸

⁸ A identificação dessas características permite uma melhor compreensão da situação de vulnerabilidade e risco



As discriminações presentes na sociedade brasileira atravessam a esfera privada e entram na esfera pública, sendo reproduzidas pelas instituições do Estado. Ou seja, o Estado acaba reproduzindo a violência estrutural contra a mulher, essa violência se traduz em machismo, racismo e transfobia que impede a mulher brasileira, em suas mais diversas identidades, de gozar plenamente de seus direitos.

Com o aumento da pressão pública nos últimos anos, a situação melhorou e dá sinais de que será diferente no futuro, com talvez mais igualdade entre os gêneros e entre as diferentes identidades entre os principais grupos de mulheres. Essa pressão já deu resultados antes com a implementação da Lei do Feminicídio e é um sinal positivo de mudanças para o futuro. Infelizmente, essa mudança não imediata e levará alguns anos para que as instituições do Estado entendam que essa metade da população também merece ser tratada com respeito.

Assim como levará alguns anos para que a política brasileira, com suas instituições conservadoras, entenda que adotar uma perspectiva de gênero não significa destruir a família e, conseqüentemente, o Brasil. Ao contrário, significa enriquecer a cultura, agregando mais valor à sociedade brasileira. Adotar a perspectiva de gênero é aceitar que certas discussões precisam ocorrer, como o respeito à mulher brasileira, em todas as suas identidades, por exemplo, mulheres negras, mulheres transgêneros e lésbicas.

Como visto ao longo desta pesquisa, a cultura do machismo que leva ao feminicídio é bastante típico da América Latina, vinculado ao seu contexto de empobrecimento, sofrimento e desigualdade. Junto com isso, temos que as normas sociais de machismo, que levam ao feminicídio, são numerosos e profundamente enraizados nas sociedades latino-americanas e, portanto, na sociedade brasileira.

Com esse pano de fundo, nos mostrando a verdadeira força da cultura machista existente, podemos alcançar, agora, uma abordagem discursiva para estudar gênero e violência na esfera política. Assim, investigar como foi moldado em nossa sociedade alguns atos machistas que extrapolam o meio privado, passando a atuarem no âmbito público, como um assédio sexual em Instituições Políticas.

As contribuições feitas pela análise inicial do movimento feminista e o exemplo do crime de feminicídio, forneceram *insights* analíticos significativos para explicar os fundamentos de gênero das instituições políticas. Um dos principais *insights* que nos

em que a vítima se encontrava e como esses fatores contribuíram para que o agressor perseguisse sua intenção. Também permite que o Estado atue preventivamente para reduzir essa violência. (ONU Mulheres Brasil, 2016, p. 3527).





baseamos é a verificação de ideias e discursos que ocupam um lugar central no processo de mudança trabalhamos aqui com uma perspectiva foucaultiana que começa com a compreensão do poder como onipresente em todas as relações sociais. Dessa maneira, o exercício do poder assegura assim que cada aspecto do mundo social é político, e todas as instituições estão inseridas em contextos discursivos.

A análise de poder em Foucault é importante nesse ponto, pois possibilidade verificarmos outro conceito foucaultiano importante, a governamentalidade. O que nos interessa com isso é, examinar e expor como a sociedade governa as mulheres a agir de uma certa maneira e como as representações midiáticas são construídas por, e construindo, esta governança, porque essas estruturas sociais ocultas e relações de poder são comumente tomadas como certas. A questão central aqui, então, é como as representações midiáticas podem exercer uma forma de governança. Isto é, examinar criticamente a relação entre as representações midiáticas e a sociedade e vice-versa.

3. GOVERNANÇA: ESTRATÉGIAS DE PODER CONTRA AS MULHERES

Uma forma de expor as estruturas sociais e os meios de governança na televisão é analisar a constituição (desejada) do sujeito usando a noção de governamentalidade de Michel Foucault, primeiro explicado em suas palestras no Collège de France em 1978 (TASKER; NEGRA, 2007, p. 230). Para obter uma compreensão clara sobre o conceito de governamentalidade e sua relação com a representações políticas, primeiro ponto será uma breve perspectiva histórica, após, explicaremos o conceito de governo e seu papel hoje. Por fim, será explicado como usaremos governamentalidade como ferramenta analítica nesta tese.

Como esclarece Foucault, a noção de governo marca uma ruptura na história. Para compreender plenamente a noção de governamentalidade, é importante quebrar diferentes formas de poder na história. Em primeiro lugar, Foucault descreve que no século XVII e XVIII o regime de poder soberano⁹, Em segundo, no final do século XVIII, outra forma externalizada de poder tornou-se dominante na sociedade, o poder disciplinar, que consisti na fabricação de “corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. “Uma autonomia política”, que é também uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não

⁹ Poder exercido de cima para baixo, caracterizado por execuções públicas de corpos criminosos foi predominante.



simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, 1987, p. 119).

O exemplo mais comum que Foucault usa para explicar o poder disciplinar é o panóptico, um princípio arquitetônico capaz de exercer vigilância sobre seus habitantes a todo vezes. Em outras palavras, o poder disciplinar é uma forma externalizada de poder que se baseia na ideia de que alguém lhe diz o que fazer e como se comportar.

Em terceiro lugar, há governo ou governamentalidade, uma forma internalizada de poder que se tornou dominante no século XIX e encontrou suas raízes na religião e, mais especificamente, no poder pastoral. Segundo Foucault:

(...) o pastorado esboça, constitui o prelúdio do que chamei de governamentalidade, tal como esta vai se desenvolver a partir do século XVI. Ele preludia a governamentalidade de duas maneiras. Pelos procedimentos próprios do pastorado, por essa maneira, no fundo, de não fazer agir pura e simplesmente o princípio da salvação, o princípio da lei e o princípio da verdade, por todas as espécies de diagonais que instauram sob a lei, sob a salvação, sob a verdade, outros tipos de relações. É por aí, portanto, que o pastorado preludia a governamentalidade. E preludia também a governamentalidade pela constituição tão específica de um sujeito, de um sujeito cujos méritos são identificados de maneira analítica, de um sujeito que é sujeitado em redes contínuas de obediência, de um sujeito que é subjetivado pela extração da verdade que lhe é imposta”. (FOUCAULT, 2008, p. 243-244).

Assim, o exercício do poder governamental hoje envolve a direção e a condução de indivíduos. Esta forma de poder baseia-se na ideia de levar o sujeito a acreditar que o que ele faz é bom para o seu próprio ser, no entanto, suas ações não beneficiam apenas a si mesmos, mas também a sociedade e o Estado. Um exemplo é ir à academia, que beneficia o corpo e a alma do indivíduo, mas também beneficia a sociedade, uma vez que cria cidadãos saudáveis e oportunidades de trabalho. É importante notar que essas três formas de poder - soberano, disciplinar e governamental - estão interligados, acontecem ao mesmo tempo e não se excluem, e são formas de poder imanescentes à sociedade hoje.

Por fim, a governamentalidade por Foucault pode ser entendida: a) instrumento para expor estruturas sociais ocultas que são tidas como certas; b) conjunto constituído pelas instituições, as análises, procedimentos e reflexões, táticas, estratégicas e cálculos, que possibilitam exercer essa forma bem específica de poder que tem por alvo a população; e c) o resultado de processos pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e



XVI se tornou Estado administrativo, viu-se aos poucos governamentalizado. (FOUCAULT, 2008).

Assim, entendida o que vem a ser a governamentalidade, partiremos utilizando-a como ferramenta analítica para expor estruturas e ataques a representação feminina na política, que são tidas como certas pela corrente machista conservadora de direita, compreendo as representações de gênero na esfera pública e como as representações midiáticas promovem ou rejeitam padrões comportamentais sobre as mulheres, alimentado um discurso machista. Igualmente, partiremos deste quesito para descompactar normalidades tidas como certas e comportamento normalizado, expondo as relações de poder e como, após expostas, as normas são transgredidas ou confirmadas na política.

De início, vamos analisar alguns exemplos, que são discursos disparados em um ambiente político contra representantes femininas. O primeiro exemplo foi o ocorrido no ano de 2020, contra Manuela D'Ávila que após ser anunciado os primeiros resultados acerca da corrida eleitoral à prefeitura de Porto Alegre. Inicia-se um massacre pelas redes sociais gerando *fake news* e agressões contra a candidata¹⁰. Vale lembrar ao falarmos de violência contra a mulher, devemos ter em mente que a mesma pode acontecer de diferentes formas, podendo ser: física, moral, psicológica, patrimonial, e inclusive política. Essa última violência envolve difamação, calúnia ou qualquer ato de ação que tenha como objetivo diminuir uma ou mais mulheres, baseado em estereótipos de gênero.

Assim, no caso da Manuela é um exemplo desse mecanismo de poder contra as mulheres, verifica-se a passagem do jornal Carta Capital, publicado em outubro de 2020, para ilustrar o ataque: “Uma enxurrada de mentiras sórdidas, que vão desde o anonimato de robôs eletrônicos a Olavo de Carvalho; do deputado Eduardo Bolsonaro, PSL, a Bibi Nunes, PSL, inexpressivo parlamentar gaúcho do baixíssimo clero, tem entupido as redes sociais”.

Nesta reportagem Manuela afirmou que: “esta é a oitava eleição que disputo e sempre fui vítima de ataques misóginos, machistas”. No discurso político é difícil a possibilidade de uma posição de sujeito de direitos da mulher que possa falar com essa legitimidade. Isso porque as práticas sociais existentes nessas formações machistas trazidas nessa pesquisa, a colocam fora desse espaço de poder.

¹⁰ Segundo o Dicionário Oxford, *Fake News* é “um adjetivo relacionado ou evidenciado por circunstâncias em que fatos objetivos têm menos poder de influência na formação da opinião pública do que apelos a emoções ou crenças pessoais”. (GENESINI, 2018, p. 47).



As mentiras e a violência sempre estiveram presentes. Mas jamais na dimensão alcançada pelas redes de disseminação de fake news a partir das eleições de 2014. E então, entre 2014 e 2020, tornei-me um dos alvos preferenciais das máquinas de destruição de reputação de mulheres. "Colhi os frutos" dessa destruição permanente e continuada nas eleições de 2018, quando todos os atributos negativos construídos a meu respeito foram utilizados ao mesmo tempo: a Manuela "hipócrita", que defendia o socialismo mas fazia enxoval milionário em Miami; a Manuela "drogada", com tatuagens horróricas e olheiras profundas; a Manuela "vagabunda", que tinha fotos (falsas) nua circulando por ai; a Manuela "ardilosa", que articulava o assassinato do seu adversário [...]. (D'ÁVILA, 2022, p. 127).

São esses exemplos como da Manuela, que a está inserida a luta por condições de produção política da mulher, mesmo que a historicidade dessa posição-sujeito, venha coberta de uma cultura machista conservadora que determinam se o sujeito poderá falar ou não, dentro do discurso político. Dessa maneira, se vincularmos a ideia de governamentalidade foucaultiana fica mais fácil entender esse contexto desigual, vamos lembrar que um dos papéis da governamentalidade é funcionar da mesma forma que ocorreu no caso da Manuela, onde existe um discurso que prega o bom comportamento e é promovido e o mau comportamento que é rejeitado pelo sistema. Logo, há diferentes elementos relativos à sexualidade para regular e disciplinar, como medicina e higiene padrões. Os ataques suportados pela candidata através de fake news, é notória a utilização de um dispositivo de poder (fake news) com o objetivo de controlar a opinião da massa populacional, nesse caso, difamando a candidata.

Diante disso, observamos que “na cultura patriarcal contemporânea, um conhecedor panóptico masculino reside dentro da consciência da maioria das mulheres; eles estão perpetuamente diante de seu olhar e sob seu julgamento. As mulheres vivem seus corpos como vistos por outra, por um anônimo, patriarcal” (BARTTKY, 1997, p. 93).

Relevante também, no contexto da disseminação do ódio derivada da tradição patriarcal, citar os ataques sofridos pela ex presidenta Dilma Rousseff, vítima de impeachment em 2016, articulado por manipulação de informações e a escancarada misoginia dos opositores golpistas.

Durante sua campanha e, posterior, mandato presidencial, a ex presidenta sempre foi o principal alvo das mídias, que tentavam imputar-lhe uma imagem de despreparo, fragilidade e histeria. Ao realizar um trabalho, a linguista brasileira Leticia Sallorenzo¹¹, analisou 340 manchetes e títulos de jornalísticos, no período das quatro semanais antecedente ao fim do

¹¹ Leticia Sallonrenzo autora do livro *Gramática da Manipulação: como os jornais trabalham as manchetes em tempos de eleições (e em outros tempos também)*.



segundo turno da campanha eleitoral, publicados pelos jornais *O Globo* e a *Folha de São Paulo*, do qual verificou-se uma forte gama de teor misógino e manipulação na escolha dos títulos:

Nos 340 títulos não havia nenhum que pudesse ser considerado desfavorável a Aécio Neves ou que o diminuísse. Quando os títulos relatavam alguma crítica feita por mim a adversários, a forma gramatical mais usada era "Dilma ataca", jamais "Dilma crítica". Aécio, por sua vez, nunca era identificado em títulos como verbo "atacar". O tratamento diferenciado caracteriza misoginia disfarçada, para induzir o leitor. "Atacar" é um verbo agressivo, desumanizado, indica ação típica de quem perde o controle. Para os misóginos, coisa de mulher. Já "criticar", verbo destinado a Aécio nos títulos, pressupõe raciocínio e equilíbrio. Coisa de homem. Um dos títulos analisados "Debate acalorado tem ataques pessoais; no fim, Dilma passa mal" - repete o mantra misógino. Os ataques não foram mútuos, partiram apenas de Aécio, que é poupado no título. (ROUSSEFF, 2022, p. 63).

As origens estruturais desiguais nas relações de poder, fruto da colonização, tornaram-se triviais as condutas sociais e culturais que colaboram para ciclo violento do cotidiano, sendo, como visto acima, a mídia, uma importante ferramenta para o retrospecto dos movimentos sociais.

Ainda sobre violência no ambiente político, pode-se citar o caso de assédio sexual ocorrido com a deputada estadual Isa Penna (PSOL) em 2020, durante a votação que discutia o orçamento estatal para o próximo ano, quando o (ex) parlamentar Fernando Cury foi flagrado cometendo a agressão ao chegar por trás, abraçando-a e tocando-lhe os seios. Após o fato, em uma entrevista fornecida ao CNN Brasil, a deputada conta como sentiu-se totalmente exposta e violada em diferentes sentidos, “seja pelas minhas prerrogativas enquanto mulher eleita, pela prerrogativa das minhas funções, exercendo meu trabalho, exercendo meu papel ali, discutindo o orçamento. Eu me sinto enojada”.

O que mais chama a atenção, além da agressão sofrida, é o fato de que o incidente ocorreu no meio de uma sessão gravada no plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), estando presente inclusive o presidente da Casa. Logo, é possível verificar sentimento de insignificância da figura da mulher para agressor no cometimento do crime: “ele não considera as mulheres tão dignas de respeito quanto ele, enquanto ser humano. Ainda que ele não tenha total consciência disso, ele deu uma demonstração clara da onde ele vem, da onde vem essa formação”. Visível o machismo estrutural presente na sociedade, estando manifestos os atributos de ódio político e de gênero, o desprezo e a opressão contra a mulher.

Desse modo, num cenário geral, na medida em que há aumento no incentivo a participação formal feminina, negra e indígena, paralelamente, existem também inúmeras





ameaças e restrições da prática dos direitos, destacando-se por represarias de cunho étnicos, raciais, sexuais e de gênero, reconhecendo, assim, a violência.

Face aos casos expostos, podemos analisar como o governo do presidente Jair Bolsonaro vem, dando continuidade as tradições patriarcais, regulamentando e disciplinando corpos e sexualidades das mulheres no Brasil. A disciplina da sexualidade feminina no Brasil começa com a intersecção de neoliberalismo, autoritarismo e conservadorismo. Como explicado na seção anterior governo disciplina, molda e por incrível que pareça as vezes a “brinca” abertamente sobre os corpos das mulheres e explicitamente afirmam que se opõe à igualdade entre homens e mulheres.

Assim, da mesma forma que existem os discursos de ódios, as práticas de dominação machistas e que perpassam inclusive até as instituições pública. Nota-se a importância dos movimentos feministas como forma de resistências a esse poder abusivo.

Foucault tanto nos lembra da importância de olharmos para os saberes subjugados quanto nos torna circunspectos sobre teorias ou movimentos que pretendem oferecer uma transcendência de poder. Sendo assim, o relato de Foucault sobre o poder complementa as preocupações feministas na medida em que ele propõe que nós pensássemos no poder fora dos limites do Estado, da lei ou da classe. De tal sorte que Foucault libera o poder do domínio político da mesma maneira que feministas radicais fizeram, isto é, uma visão foucaultiana do poder revela necessariamente a resistência aos discursos e práticas que subordinam as mulheres.

4. CONCLUSÃO

Para concluir esta pesquisa, podemos refletir sobre nossos pensamentos iniciais, sobre perguntas e a preocupação com esta pesquisa. Nesta pesquisa, inicialmente, tinha por escopo explicar os ataques que o corpo feminino sofre no meio político, contudo no decorrer, urgiu outro questionamento: Como uma parcela da direita conservadora machista emprega ferramentas biopolíticas patriarcais e práticas disciplinares nos corpos das mulheres? Visando ter um contexto que possibilitasse tais respostas, fornecemos nessa pesquisa exemplos de artigos de notícias que ilustram o uso dos mecanismos de poder que o governo e seu cunho machista empregaram ao longo dos últimos anos.

No primeiro tópico, abordamos o conceito de feminismo e suas “ondas” ao longo da história, isso foi importante para entendermos tais movimentos como resistência ao poder



abusivo. Nesse ponto, ler as obras de Foucault em conjunto com a teoria feminista nos ajudou a desvendar e entender como o governo vem disciplinando as mulheres e controlando os corpos das mulheres por meio de seus discursos e práticas de vigilância.

Segundo tópico analisar a interseccionalidade foi importante para dar rosto as vítimas femininas, através de sua raça, idade e localidade, e como machismo opera para permitir esses ataques, para então ilustrar a violência contra a mulher, esclareceu-se que se trata de uma cultura machista, que se utiliza de mecanismos de poder, para docilizar o corpo feminismo. Vimos ainda, que o ataque ao corpo feminino, não ocorre apenas no seu aspecto físico, isso pode acontecer no aspecto psicológico.

Já no terceiro tópico, analisou-se a governamentalidade e como as técnicas de poder podem variar, podem ser usadas como dispositivo de controle feminino, as fakes news, discurso de ódio, etc. A ferramenta utilizada pode mudar, mas o objetivo é o mesmo, diminuir o feminino do corpo social. Por fim, nos utilizamos de exemplos pontuais para mostrar na prática como os mecanismos de controle atuam. Os casos ocorridos por Manuela, Isa Penna e Dilma Rousseff foram de suma importância para evidenciar tais ataques aos corpos femininos.

A conclusão que chegamos é que podemos visualizar as atuações dos movimentos feministas ao longo da história recente como movimentos de resistência ao controle exercido pelo patriarcado. Enfatizamos que esse controle, em um contexto político também utiliza técnicas de poder, uma delas, é a governamentalidade, um mecanismo de poder que segundo Foucault produz tendências recentes de incorporação de mulheres indisciplinadas, que torne o feminino um corpo útil e dócil.

REFERÊNCIAS

Aborto: qué dijo Silvia Lospennato sobre el festejo de Gabriela Michetti en el Senado ante el rechazo de la ley. **La Nación**, 10 de ago. de 2018. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/aborto-la-diputada-silvia-lospennato-defendio-a-gabriela-michetti-por-celebrar-el-rechazo-de-la-ley-nid2161089/>. Acesso em 01 jul. 2022.

BARTKY, Sandra Lee. **Foucault, Femininity and the Modernization of Patriarchal Power Writing on the Body: Female Embodiment and Feminist Theory**, Columbia University Press: New York, 1997.

BÜRKNER, H. **Intersectionality**: How gender studies might inspire the analysis of social inequality among migrants. *Population, Space and Place*, 2011.





CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**, University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989, Article 8.

D'ÁVILA, Manuela. Eu sempre soube que era difícil, mas não é justo que seja tão difícil assim. D'ÁVILA, Manuela (org.). **Sempre Foi Sobre Nós: Relatos Da Violência Política De Gênero No Brasil**. 2. Ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DUARTE, A. R. F. **Friedan: morre a feminista que estremeceu a América**. **Revista Estudos Feministas**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/H3vYXT6tfXPKj3ppKDQNq7p/?lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2022.

FARGANIS, Sondra. "Postmodernism and Feminism". In: DICKENS, David R. & FONTANA, Andrea. (Org.). **Postmodernism and Social Inquiry**. New York: The Guilford Press, 1994.

FIRESTONE, Shulamith. **The dialectic of sex: The case for feminist revolution**. New York: Bantam Books, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

__. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

__. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**: Trad. Raquel Ramallete. 25. Ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. SABOIA, Vivian Aranha (trad.). In: HIRATA, Helena; et al. (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

GENESINI, Silvio. **A pós-verdade é uma notícia falsa**. Revista *USP*. (116), 2018, pp. 45-58.

JARA, Oscar. **Para sistematizar experiencias: una propuesta teórico-práctica**. Lima: Tarea, 1994.

KROLOKKE, Charlotte; SORENSEN, Anne Scott. Three Waves of Feminism. In: __. **Gender Communication Theories and Analyses**. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc., 2005.





MOLLER, M.A.B.; GOMES, J.P.D. **Quid Vincit? O impacto da liderança feminina na implicação organizacional.** *Análise Psicológica*, 2010. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/389>. Acesso em 01 jul. 2022.

MONTE, Izadora Xavier. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais.** *Revista Estudos Feministas*, 2013.

ORGANIZACAO DAS NACOES UNIDAS (ONU). **Declaração Sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres.** Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm>. Acesso em: 01 jul. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher?. *In: Prática Feminista e o Conceito de Gênero.* Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa. **Femicídio: Invisibilidade mata.** Fundação Rosa Luxemburg. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

ROUSSEFF, Dilma. A misoginia e a manipulação da mídia. *In: D'ÁVILA, Manuela (org.). Sempre Foi Sobre Nós: Relatos Da Violência Política De Gênero No Brasil.* 2. Ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

RUSCHEL, René. Alcateia machista contra Manuela D'Ávila. **Carta Capital**, 24 de out. de 2020. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/alcateia-machista-contramanuela-davila/>. Acesso em 01 de jul. 2022.

TASKER, Yvonne; NEGRA, Diane. **Interrogating Postfeminism: Gender and the Politics of Popular Culture.** Duke University Press, 2007.

TELES, Maria Almeida de. **O que são direitos humanos das mulheres.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

WASELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.** Brasília, DF: FLACSO Brasil. 2015.

Women of the word, Unite! Writings by Carol Hanisch. Disponível em: <http://www.carolhanisch.org/>. Acesso em: 01 jul. 2022.

